

FILOSOFIA – Área IV

Questão 26

A questão indaga sobre as razões para Descartes duvidar de todas as coisas e o próprio filósofo esclarece no texto que em sua primeira meditação, ele apresentou essas razões. Descartes nessa meditação nos diz que se apercebeu que durante sua formação recebeu “muitas falsas opiniões como verdadeiras” (p. 85) e que aquilo que fundou em princípios tão mal assegurados é muito duvidoso e incerto. E esclarece então, as razões para duvidar de tudo: 1) desfazer-se de todas as falsas opiniões (p. 85); 2) estabelecer algo de firme e constante na ciência (p. 85). O texto da questão esclarece que é nesta primeira *Meditação* que Descartes apresenta as razões para duvidar, no texto não são apresentadas diretamente as razões. O candidato deve interpretar o texto e ter algum conhecimento de Descartes para responder a questão. Descartes não diz que tudo é mutável, conforme afirma o candidato (a).

Reafirmo que a resposta correta é a alternativa da letra “A”.

- RECURSO IMPROCEDENTE

Questão 28

É importante ressaltar que para responder corretamente a questão o candidato deveria não apenas interpretar o texto, mas também, conhecer a concepção política de Locke e Hobbes uma vez que as afirmativas II e III fazem uma comparação entre os pontos de vistas dos dois filósofos. As justificativas apresentadas pelos (os) candidatos(as) em seus recursos demonstram desconhecimento de certos aspectos característicos do pensamento político dos dois filósofos, no que diz respeito ao estado de natureza e estado de guerra. Vejamos, primeiramente, o que diz Locke acerca desses dois estados em sua obra *Segundo Tratado sobre o governo*: “há uma clara diferença entre estado de natureza e estado de guerra, muito embora certas pessoas tenham confundido” (p.41). A alusão de Locke é ao conceito de Hobbes do estado de natureza como sendo idêntico ao estado de guerra. Estando assim a afirmativa II correta. De fato há uma diferença entre estado de natureza e estado de guerra no pensamento dos dois filósofos. Para Locke o estado de natureza é um estado de “perfeita liberdade” e de igualdade, mas não o é de licenciosidade (p.36). Pois, “apesar de ter o homem naquele estado liberdade incontrolável de dispor da própria pessoa, não tem o direito de destruir-se a si mesmo ou a qualquer criatura que esteja em sua posse” (p.36). Os homens nesse estado, sendo todos iguais e independentes não devem prejudicar uns aos outros na vida, na saúde, na liberdade ou nas posses. Já Hobbes atribui aos homens no estado de natureza a condição de continua beligerância. Para ele, “durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum capaz de os manter a todos em respeito, eles se encontram naquela condição a que se chama de guerra; e uma guerra que é de todos os homens contra todos os homens”. (Hobbes, *Leviatã*, Abril Cultural, 1983, p. 75). O estado de natureza de Hobbes é um estado de guerra, conforme ele próprio afirma, no trecho citado. Nessa situação, “cada um governado por sua própria razão e não havendo nada, de que possa lançar mão, que não possa servir-lhe de ajuda para a preservação de sua vida contra seus inimigos, segue-se daqui que numa tal condição todo homem tem direito a todas as coisas, inclusive os corpos dos outros” (p.78). Eles podem, inclusive, matar uns aos outros, e até mesmo o mais fraco pode angariar forças para matar o mais forte, quer por secreta maquinação, quer aliando-se a outros que encontrem-se ameaçados (p.74). Fica claro assim, que para Hobbes, no estado de natureza a vida está ameaçada pela guerra de todos contra todos os homens, ou seja os homens vivem em estado de guerra, por isso são competitivos, não confiam uns nos outros e aspiram a glória (p.75), além de tenderem para a parcialidade, orgulho, a vingança e coisas afins (p.103. Para Locke, no estado de natureza reina a paz, a benevolência e a assistência mútua e a preservação. Deste modo, **a afirmativa III está correta** quando afirma que Locke “ao apresentar o estado de natureza como de paz, benevolência, assistência mútua e preservação, e o estado de guerra como de inimizade, maldade, violência e destruição mútua, considera o estado de natureza como a antítese do estado de guerra hobbesiano”, ou seja o estado de natureza tal como Locke o compreende é contrario a concepção de Hobbes de estado de natureza como sendo um estado de guerra. Não há, assim, nenhuma contradição entre a afirmativa III e a afirmativa II, ao contrario, ela (a afirmativa III) esclarece porque Locke se contrapõe a Hobbes. Está também, correta a afirmativa I que considera que “a falta de um juiz imparcial para julgar as controvérsias que nascem entre os indivíduos caracteriza o estado de natureza; a força sem o direito sobre a pessoa de um homem caracteriza o estado de guerra quando não há juiz comum”, tal afirmativa encontra-se na própria obra *Segundo Tratado sobre o governo* de Locke, p. 41.

Reafirmo que a resposta correta é a letra D.

- RECURSO IMPROCEDENTE

Questão 30

A questão diz respeito à epistemologia das Ciências Humanas e vários filósofos tratam desse tema, dentre eles podemos destacar: Comte, Mill, Dilthey, Marx, Habermas, Gadamer, Popper. A questão não diz respeito propriamente a Comte, mas sim a concepção de Dilthey, mas nada impediria de ser sobre Comte, pois este é também, um teórico das questões referentes às Ciências humanas e chegou a propor que estas ciências para tornarem-se positivas ou científicas deveriam adotar os mesmos procedimentos metodológicos das Ciências naturais. A questão procura salientar que Dilthey, se contrapõe a Comte e Mill e suas pretensões de transpor o método das Ciências naturais para as Ciências do homem. Dilthey advoga que o objeto de estudo das Ciências humanas é uma unidade psíquica, que precisa ser compreendida e não explicada como o fazem as Ciências naturais com seu objeto. Propõe assim, que as Ciências humanas para estudar o homem se utilizem de um método próprio, o compreensivo. **A alternativa “A”, de forma nenhuma está correta**, pois não diz respeito a proposta teórica de Dilthey para fundar uma epistemologia própria às Ciências Humanas. Assim com não estão corretas também, pelas mesmas razões as alternativas “B”, “C”, “D”. **Reafirmo que a alternativa correta é a de letra “E”.**

- RECURSO IMPROCEDENTE

Questão 31

Esclareço que a comissão não elaborou o conteúdo programático de Filosofia, mas que considera tal conteúdo bem estruturado e preciso quanto as questões filosóficas que o candidato deve dominar ao se submeter ao processo seletivo. No conteúdo estão definidos três tipos de problemas clássicos da Filosofia: os teóricos, os práticos e os poéticos. Esses problemas e as temáticas relativas a eles são tratadas nos cursos de Introdução à Filosofia ministrados para a área de Ciências Humanas da UFPa. A prova de Filosofia é elaborada, conforme recomendação do próprio CEPS com níveis de dificuldades (fácil, médio e difícil) e é avaliada por um professor de Filosofia, que funciona como leitor crítico e um supervisor pedagógico, ambos aprovaram o teor das questões e seus níveis de dificuldades. No caso da questão podemos dizer que ela pode ser classificada como tendo um certo grau de dificuldade, mas o que é exigido está de acordo com conteúdo programático do processo seletivo. Deste modo, não podemos anular nenhuma questão, se ela contempla o conteúdo programático do processo seletivo, mesmo sendo considerada difícil pelos candidatos. E ainda mais, trata-se de uma das poucas questões da prova que podem ser resolvidas com uma boa interpretação do texto. Não encontro, assim, nenhuma razão relevante, no recurso do (a) candidato (a), para anulação da questão. **Reafirmo que a alternativa correta é a letra “B”.**

- RECURSO IMPROCEDENTE

Questão 32

Os recursos dos candidatos com relação à questão demonstram que eles desconhecem a concepção kantiana acerca dos juízos de gosto. Suas justificativas se baseiam em ideias que não condizem com a doutrina do filósofo. Kant, na obra *Critica da Faculdade do juízo*, considera que o juízo de gosto não se fundamenta em conceitos como os juízos de conhecimento. Esse juízo é de natureza estética e se refere aos sentimentos de satisfação ou insatisfação do observador na percepção do objeto. Nesse sentido, os juízos de gosto são, por definição, juízos subjetivos. Muito embora Kant considere os juízos de gosto como subjetivos, ele não defende a doutrina relativista, decorrente da posição subjetiva, que considera que a beleza das coisas depende das preferências e aversões individuais e que varia de uma pessoa para outra. Kant, ao contrário dessa doutrina relativista, sustenta que todo juízo sobre a beleza de uma coisa contém uma implícita pretensão à validade universal e exige o assentimento de todos os homens. Diz Kant: “belo é o que apraz universalmente sem conceito” (*Critica da Faculdade do juízo*, p.64). Isto significa dizer que, o prazer relacionado com o belo tende a universalizar-se, e é nisso que difere do prazer sensível. Ao experimentarmos a beleza, reconhecemos um objeto valioso que outras consciências também poderão reconhecer. Em outras palavras, o juízo de gosto ou estético, por mim formulado, é universalizável, porque o seu objeto provoca a adesão de outros sujeitos conscientes, na medida em que o prazer desinteressado não é uma satisfação confinada ao que me particulariza como indivíduo, mas depende da capacidade de sentir e de pensar, comum a todos os homens. Em outra passagem da *Critica da faculdade de julgar*, Kant afirma: “é belo o que é reconhecido sem conceito como objeto de uma satisfação universal” (p.56). Não sendo motivada por inclinações do sujeito ou por interesses e desejos, a satisfação do belo é universal. Com base no que foi exposto, podemos dizer com segurança que a afirmativa I é incorreta, pois considera, contrariamente ao pensamento de Kant, que o padrão estético individual de beleza não pode ser universalizado. A afirmativa II expressa corretamente o pensamento de Kant acerca do juízo de gosto. A afirmativa III é incorreta porque afirma que o juízo de gosto diz respeito ao sentimento do sujeito e que neste sentido seria relativo. Já esclarecemos acima que o fato desses juízos serem subjetivos não significa que Kant esteja defendendo que eles são relativos a cada sujeito. A afirmativa IV é condizente com a concepção de Kant acerca dos juízos de gosto, pois considera que esses juízos não têm por base conceitos e, justamente, por isso não há regras ou princípios que estabeleçam *a priori* o que seja belo. **Reafirmo que a resposta correta é a letra “D”.**

- RECURSO IMPROCEDENTE